



DOCUMENTO POLÍTICO DO XXI ENCONTRO NACIONAL DE ONG, REDES E MOVIMENTOS DE LUTA CONTRA A AIDS – ENONG 2022 “Desafiando Lutas e Resistindo aos Desafios”

“Há uma coisa dentro de mim, contagiosa e mortal, perigosíssima, chamada vida, pulsa como um desafio.” Herbert Daniel. (1992 – 2022 30 anos de saudade)

As delegadas e delegados do XXI Encontro Nacional de ONG, Redes e Movimentos de Luta contra Aids, reunidos entre os dias 27 e 30 de abril de 2022, no Ceará, divulgam o presente Documento Político. Apresentando compromissos, reivindicações e recomendações, fruto de discussões e reflexões feitas a partir do atual momento vivido no Brasil, da ameaça constante contra o Sistema Único de Saúde (SUS) dos desafios com o enfrentamento da epidemia de Aids, e outras patologias relacionadas, e do aumento do preconceito e do estigma às pessoas que vivem com HIV e Aids (PVHA) e seus entornos comunitários e sociais.

1– Prevenção, Atenção, Assistência e Garantia de Direito:

1.1 Comunicação:

Ampliar e qualificar ações de comunicação, utilizando linguagens sintonizadas com as populações vulnerabilizadas e em sintonia com a Educação Popular em Saúde.

Produção e impressão de material informativo para PREP e PEP a ser distribuído nos postos de saúde, indicando as formas de acesso a essas políticas públicas de forma desburocratizada e contínua, bem como falar sobre as IST e suas formas de infecção.

1.2 Prevenção:

Garantir o acesso das tecnologias de prevenção (PEP, PrEP e outras), incorporação de novos medicamentos disponíveis internacionalmente. e incorporações de novas tecnologias (anel vaginal, PrEp injetável etc.).

Garantia de registro de medicamentos pelos laboratórios e a incorporação pelo Ministério da Saúde.

Incorporação de medicamentos para tratamento

Garantir o fornecimento de insumos de prevenção (gel, preservativo e outros) com base na realidade de cada população.

1.3 Intersetorialidade:

Trabalhar para uma abordagem multifacetada e intersetorial, visando ampliar a realidade da integralidade no SUS, através da construção de agenda intersetorial comprometida com o enfrentamento ao machismo, racismo, LGBTQIA+Fobia e outros preconceitos e desigualdades sociais e as populações tradicionais.

1.4 Humanização:

Humanizar o atendimento das populações mais vulnerabilizada, garantindo o acesso a saúde de forma ampla e adequada as suas realidades.

Retomar e ampliar o “Programa Viva Melhor” pelos bons resultados obtidos, mas com análise das falhas cometidas no projeto buscando ser, ainda mais, assertivo nas suas metas, incluindo o tema da Sífilis e Sífilis congênita.

1.5 Testagem:

Ampliar estratégias de testagem para o HIV para todos os públicos, criando oportunidades de acesso além dos horários burocráticos e dos ambientes restritos.

1.6 Visibilidade:

Desenvolver estratégias de enfrentamento da invisibilidade social da epidemia de HIV/Aids, ampliando o debate com o Ministério da Saúde através da recriação de espaços de articulação, bem como com outros ministérios, Judiciário, Legislativo e outros movimentos sociais.

1.7 Acolhimento:

Garantir o acolhimento ao usuário do SUS com HIV/Aids desde seu diagnóstico, durante o tratamento e em outras intercorrências, com acessibilidade a outras linguagens inclusivas.

1.8 Direitos Humanos:

Disponibilizar canal de denúncia por violação de Direitos Humanos a pessoas vivendo com HIV/Aids, no modelo de disque 100,

Retomar a área específica no DCCI que atuava em defesa dos Direitos Humanos relacionados a HIV/Aids.

Encaminhar a Comissão de Saúde Mental, do Conselho Nacional de Saúde, posicionamento contra o edital 003/2022 de financiamento das Comunidades Terapêuticas.

1.9 Vigilância:

Proporcionar mecanismos para vigilância epidemiológica sobre os Óbitos de HIV/Aids observando questões sociais além do abandono de tratamento.

1.10 Medicamentos:

Garantir a incorporação de novos medicamentos ao PDCT HIV/Aids e ampliar pesquisa de implementação de medicamentos ARV.

Incidir sobre o PCDT da PrEP, cuja consulta pública está em aberto, encaminhando propostas do movimento social de forma consistente e com pressão social.

Exigir o cumprimento irrestrito do PCDT da prevenção da transmissão vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais, conduzindo a humanização do parto e respeito as decisões da gestante.

1.11 Aids x Covid-19:

Ampliar a discussão dos impactos da Covid-19 junto as Pessoas que Vivem com HIV/Aids.

1.12 SUS X SUAS

Ampliar nas bases a divulgação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para prevenção, promoção de saúde e proteção das pessoas que vivem com HIV/Aids, hepatites virais, hanseníase ou tuberculose, assinado entre o Ministério da Saúde e Ministério da Cidadania, estimulando ações e adesões locais.

2– Controle Social e Incidência Política:

2.1 Jovens:

Fortalecer políticas voltadas para a juventude vivendo e convivendo com HIV/Aids, levando em consideração suas pluralidades sociais, linguagens, cultura e identidade.

2.2 Redução de Danos:

Considerar a política de Redução de Danos nas ações de políticas públicas, valorizando a autodeterminação, participação na formulação de diretrizes de saúde e capacidade de escolha de usuários e usuárias de álcool e outras drogas.

2.3 Frentes Parlamentares:

Ampliar a formação/criação e atuação de advocay junto as Frente Parlamentares HIV/Aids e Frentes Parlamentares Multipatologias em níveis nacional, estadual e municipal.

2.4 SUS Forte

Fortalecimento do SUS universal, integral e com participação comunitária com foco na educação permanente para o controle social, e suas equipes de saúde na formação para o SUS.

2.5 Pesquisa

Ampliar a base de pesquisa sobre o aumento de óbitos por HIV/Aids, além da falta de adesão ao tratamento, incluindo aspectos sociais e outros, no nível nacional.

Retomar a participação do Movimento Social de Luta contra a Aids na Comissão Nacional de Ética e Pesquisa (Conep) e priorizar o acompanhamento das ações e debates junto a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS).

Articular posição contrária do Movimento Aids em relação ao PL 7082/2017, que retira direitos dos sujeitos de pesquisa e fragiliza o sistema nacional de ética em pesquisa no Brasil.

2.6 Eleições

Incidir diretamente enquanto Movimento de Luta contra a Aids nas eleições de outubro, em todos os níveis apoiando candidatos comprometidos com nossas lutas tanto no Executivo Nacional e estaduais quanto nos Legislativos Federal e Estaduais, a partir do compromisso com um programa e/ou agenda mínima.

2.7 CNS

Articular junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) a publicação de uma resolução que garanta as organizações representação nos conselhos estaduais e municipais, no modelo do nacional, sem exigência do CNPJ mas a partir de cartas e documentos que reconheçam a existência e trabalho das organizações.

3– Sustentabilidade Política, Econômica, Financeira e Técnica e Programática:

3.1- Retomar o financiamento e editais para a capacitação sobre os direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids e assessoria jurídica.

3.2 - Reforçar o investimento no financiamento das ações das organizações da sociedade civil organizada, com menos burocracias e mais acesso das pessoas que trabalham com promoção, prevenção e recuperação da saúde. Destacando o trabalho com mulheres lésbicas e suas especificidades na saúde e na prevenção, atenção e assistência.

3.3 - Retorno do Plano de Ações e Metas (Pam) com planejamento conjunto com o Movimento Social, garantindo o monitoramento e avaliação da execução da política de incentivo em HIV/ Aids, dentro de Estados e Município.

3.4 – Dar continuidade a negociações e discussões sobre financiamento de laboratórios e outros entes privados junto ao Movimento de Luta contra a Aids, garantindo a ética e as transparência destas relações.

4– Combate ao machismo, conservadorismo e fundamentalismo.

4.1- Machismo Interno:

Buscar formas de combate ao machismo estrutural na ANAIDS ou órgãos nacionais do movimento na articulação entre homens e suas responsabilidades entre esses para que possam perceber suas misoginias presentes.

Diminuir ou eliminar o conservadorismo, machismo e o fundamentalismo atual na política vigente, que vem prejudicando a atuais políticas de Aids já instadas.

4.2 Campanha Nacional:

Construir campanha nacional no mês de dezembro articulando o Dia Mundial de Luta contra a Aids com o combate a sorofobia, racismo, machismo e homofobia.

4.3 Interseccionalidades:

Instituir formação contínua que contemple interseccionalidades, tais como: gênero, raça, classe e integração e HIV/Aids, visando maior interação entre os segmentos sociais que compõem os movimentos que permeiam o tema HIV/Aids.

4.4 Formação:

Formar quadros do Movimento Social para construção de fala pública e advocacy para o enfrentamento ao conservadorismo e o machismo estrutural.

4.5 Cuidadoras e Cuidadores:

Promover política de mudanças de cartazes expostos em postos de saúde ou na atenção básica, principalmente, exaltando as mães como cuidadoras e nunca mencionam os pais

e/ou responsáveis como tais. Diminuindo o machismo, ampliando a capacidade de solidariedade no cuidado.

4.6 Editais:

Propor que os próximos projetos/editais públicos abordem a exigência do debate, capacitação, treinamento sobre fundamentalismo, LGBTQIA+fobia e machismo estrutural.

Que seja oportunizada formação para elaboração, execução e prestação de contas dos editais de projetos, voltados para o Movimento Social.

“ O que somos é um presente que a vida nos dá. O que nós seremos é um presente que daremos à vida.” (Betinho 1997- 2022 25 anos de saudade)

Ceará, 30 de abril de 2022

Plenária do XXI Encontro Nacional de ONG, Redes e Movimentos de Luta contra Aids